

## **SOCIALIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NO CAPITALISMO PÓS MODERNO**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

CristinaMiyuki Shizume<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho trata-se de um estudo teórico sobre tema já estudado empiricamente; objetiva contextualizar a dificuldade de sociabilidade entre os jovens de escolas públicas tendo como hipótese justificativa a crise dos valores morais e de autoridade na pós modernidade. A partir de estudos de campo na área, e alicerçados no referencial teórico frankfurtiano de Adorno (1995) e da psicanalista Kehl (2011), assim como autores da sociologia pós moderna (GAULEJAC, 2010; EHRENBORG, 2010; SENNETT, 2000) analisaremos as funções do estado, da família, assim como as consequências dessa conformação social para a formação emancipatória do jovem na contemporaneidade.

Palavras-chave: Ideologia. Socialização. Autonomia.

### **SOCIALIZATION AND EMANCIPATING ON POST MODERN CAPITALISM**

### **ABSTRACT**

This paper presents a theoretical study about a subject already studied empirically. It gives a background about the sociability difficulties among teenagers from public schools having as justified hypothesis the crisis of moral and authorities' values in the post modernism. Based on filed studies and supported by theoretical references of Frankfurtian Adorno (1995) and the gives psychoanalystKehl (2011), we are going to analyze the functions of the State, the family as well as the consequences of this social adequacy for teenager emancipatory shaping in the contemporaneity.

Keywords: Ideology. Socialization, Autonomy.

---

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade, Mestrado em Psicologia da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba, UEPB.

## INTRODUÇÃO

Pretendemos com nosso trabalho abordar a socialização e a formação subjetiva do indivíduo a partir do cenário sócio-político do pós modernismo. Fundamentados na hipótese que afirma a preponderância do organismo social como responsável direto pela formação e desenvolvimento das funções cognitivas de qualquer sujeito, desejamos evidenciar a importância da sociedade neste processo e avaliar as consequências de sua omissão. Tentaremos compreender a dinâmica dos estágios sucessivos da socialização até a formação da subjetividade. Para tratarmos dos aspectos afetivo e moral analisaremos, fundamentados em Adorno (1995), as causas que destroem os vínculos de compromisso entre os indivíduos. Para o autor, é de fundamental importância desenvolver plenamente o indivíduo tanto na parte cognitiva quanto afetiva, a fim de que este possa tomar consciência dos valores sociais e da necessidade de fortalecer os compromissos que reforçam estes preceitos. Sem autonomia, o sujeito é incapaz de justificar/ refletir sobre suas próprias decisões. A partir desses pressupostos refletiremos sobre as interações sociais praticadas na escola pública paulista, tomando como base observações participantes e entrevistas realizadas em três escolas estaduais durante o ano de 2009, dando ênfase maior aos vínculos de compromisso entre professores e alunos em sala de aula. Partindo de observações gerais no contexto contemporâneo não é difícil constatar uma descrença generalizada de grande parte da sociedade em relação às instituições sociais (política, religiosa, familiar, escolar etc). A ideia de política, assim como de cidadania, sempre vem à tona acompanhada de denúncias de corrupção e ambiguidades entre interesses públicos e privados, o que confunde ainda mais o senso comum sobre o conceito mais “nobre” de política como prática importante para garantir o debate sobre os interesses do público.

Esse aparato de apelo conceitual ajuda no fomento de ideias salvacionistas com justificção numa ciência que vende a promessa de progresso e melhoramento contínuos. Isso explica de alguma maneira o fascínio desmesurado que os artefatos tecnológicos exercem sobre a maior parte das pessoas, o que implica no enfraquecimento da metafísica tradicional religiosa, pois antigamente somente ela detinha este aparato ideológico de progresso e melhoramento. Um exemplo disso é o uso do saber médico e medicalizante como salvador de questões de ordem sócio cultural. O consumismo e o individualismo têm levado ao uso de medicamentos (drogas) lícitas para reinserir o indivíduo no processo produtivo, que demanda cada vez mais performance (EHRENGERG, 2010). Por outro lado, o modelo familiar rígido que estabelecia o homem como chefe trabalhador da casa e a mulher responsável pelo

trabalho doméstico e afetivo com os filhos se flexibiliza. Como consequência disso ocorre a “disputa” entre o Estado e a sociedade civil (na figura da família) acerca da responsabilidade primeira na formação dos cidadãos. O pós modernismo demarca um período de crise moral e de autoridade social que se concretiza nos vínculos de compromisso social e moral, que são desrespeitados constantemente, sem que haja uma referência a se seguir. A maioria, principalmente em grande centros como São Paulo, não reconhece de forma clara o limite de seu campo de ação nem acredita numa justificativa verdadeira para o seu papel no corpo social. O problema generalizado se intensifica principalmente no sistema educacional de ensino, em que os trabalhadores da educação não têm sua função reconhecida e legitimada pelo corpo civil, mais uma consequência da visão pós modernista de educação e de crise na função da escola na formação da juventude. Diante desse cenário é possível afirmar que a ausência de vínculos de compromisso no âmbito escolar é consequência de uma formação deficitária dos indivíduos? A omissão por parte de setores do poder público brasileiro, com a chancela das organizações totais e da sociedade como um todo, é a causa principal da existência de indivíduos anti-sociais, individualistas e que não respeitam os vínculos de compromisso coletivos? O espaço escolar tem se tornado, na maior parte do tempo, um ambiente de desabafo e desespero coletivos. No ambiente escolar impera o discurso exaltado e ineficaz dos profissionais da educação, nos diversos níveis hierárquicos, em meio a um mar de vozes e pessoas indiferentes. A poluição sonora escolar num ambiente onde todos falam ao mesmo tempo é evidente, o que demonstra o exercício de alguma autoridade nesse espaço que alguns autores diriam ser o local do disciplinamento (FOUCAULT, 1975) e do controle (DELLEUZE, 1990). O local se torna desagradável e hostil, dificultando uma convivência saudável. Alguns alunos, com o tédio estampado no rosto, abrigam-se nas diversões eletrônicas proporcionadas pelo aparelho celular. Os artefatos tecnológicos nas suas diversas modalidades são o refúgio preferido do homem pós-moderno. No ambiente escolar há aqueles que não tiram um só instante os fones dos ouvidos ou jogam no celular durante quase todo o tempo escolar. Outros falam ao telefone celular sem nenhuma cerimônia, no interior da sala de aula, mesmo com o professor presente e em exercício de suas atividades. Os pais são coniventes e principais responsáveis porque disponibilizam essas ferramentas para os filhos sem estabelecer limites úteis para o seu uso. Uma lei estadual paulista proíbe o uso irrestrito de celulares em sala de aula, porém, o preceito se torna mero artigo decorativo<sup>2</sup>. Os professores não conseguem impedir o descumprimento da regra e muitos fazem “vistas

---

<sup>2</sup> Artigo decorativo, aqui, se refere aos cartazes em que constam a legislação da proibição do uso de celular, que ficam visíveis em vários locais da escola, porém, sem que sejam respeitadas a contento.

grossas” à quebra do código estabelecido. É curioso notar que, tempos atrás, o professor pedia para que todos desligassem os aparelhos e retirassem o fone dos ouvidos. Hoje, o pedido é para que coloquem os fones, pois alguns alunos querem ouvir sua música em volume alto, e ao trabalho do professor parece ser menos prejudicial perder a atenção deste aluno do que a da turma inteira, afetada pelo barulho da música. Com essa prática, os alunos acabam vivenciando a impunidade da ação dos alunos infratores como um desserviço da escola.

Esses alunos são incapazes de perceber que sua ação particular viola o direito do outro e da coletividade. A depredação do espaço público escolar, por exemplo: pichações, carteiras danificadas, lâmpadas e vidros quebrados, é fato notório e obra mais uma vez de quem não compreende a noção de coexistência harmoniosa e pacífica num ambiente de uso público. Trata-se, portanto, de indivíduos não emancipados, numa terminologia usada por Adorno ( 1995 ). O excesso de individualismo, que privatiza cada vez mais os direitos e espaços públicos, denigre a função social da escola, produz indivíduos que não reconhecem o ambiente civil como um círculo ao qual pertence, pois as condições específicas de socialização não favoreceram a compreensão dos limites de sua atuação em sociedade. Ocorre, então, uma grande confusão acerca dos limites de cada um e os principais responsáveis pela existência desse ambiente caótico. Percebemos uma forte valorização da esfera privada em detrimento do espaço público, sendo que o último é considerado espaço neutro ou apenas de passagem, quando não, um espaço ameaçador e arriscado, tendo em vista deixar-nos expostos ao estranho. No caso dos jovens, em especial, a propaganda incute tais noções sem a devida consciência crítica sobre as relações humanas e o consumismo. E com isso, alguns jovens compreendem o consumo, a exigência e reclamação (posturas típicas de clientes) como substitutos de ações cidadãs e reflexivas. A ética no ambiente público dá lugar a fragmentos de indivíduos agindo de acordo com seus interesses privados, cada um tendo como objetivo atingir sua vontade individual. As consequências negativas que esse sistema acarreta para o organismo civil são inegáveis: uma área importante do espaço público acaba se tornando mero lugar de locomoção para veículos conduzidos por pessoas solitárias. As relações humanas estão empobrecidas porque também seguem a uma lógica mercadológica e consumista e espaço público é reduzido a um lugar estéril. Podemos relacionar alguns destes exemplos com o ambiente da escola estadual paulista contemporânea, a partir de observações e depoimentos que coletamos. O investimento insuficiente na área da educação, decorrente de uma política pública mais ampla, é uma das causas da degradação dos salários dos profissionais que nela atuam. O absentismo e a desmotivação dos bons profissionais os impedem de perseverar na carreira. A ausência de professores, seja por prevaricação ou por

inexistência de profissional para ocupar determinada disciplina, faz com que os alunos fiquem confinados grande parte do tempo num ambiente estéril e inútil. As relações sociais se tornam inóspitas e o ambiente público degradado. Um saber instrumental de viés economicista determina as decisões da gestão educacional (governo), defendendo que se gaste o mínimo com o aluno e se obtenha os melhores resultados é visível desde idos de 60, quando da assinatura dos tratados MEC\_ USAID, com a justificativa de recuperação do país pós ditadura. (ARAPIRACA, 1982),

A justificativa de nosso artigo se fundamenta, então, na necessidade de refletir acerca da degradação das relações sociais no mundo atual e da má formação dos jovens estudantes, tomando por base o estudo realizado nas 3 escolas estaduais paulistas da cidade São Paulo. É mister investigar os motivos que acarretam os problemas explicitados acima para tentar contribuir para a construção de um ambiente civil mais humano e solidário. Nossa pesquisa tem como meta reafirmar, de um modo geral, a evidente importância da convivência humana no desenvolvimento educacional dos indivíduos e na formação integral de sua autonomia. É necessário esclarecer a inegável supremacia do organismo social, que detém todo o conhecimento humano acumulado ao longo das sucessivas gerações, em relação ao sujeito, que é totalmente dependente desse processo civilizatório. Todavia o objetivo central do trabalho é demonstrar que um Estado omissivo e uma sociedade civil eticamente caótica são os principais responsáveis pela formação de indivíduos incapazes de compreender regras básicas de civilidade. Se não há a compreensão cognitiva da ação moral perpetrada, o sujeito se furtará a obedecer aos vínculos de compromisso socialmente estabelecidos. Efetivamente isso evidencia uma consciência mutilada e não emancipada, que forma indivíduos com a subjetividade infantilizada, consumista e sem senso mínimo de hierarquia/ autoridade, que não compreendem o espaço público como algo pertencente a si mesmos e não se reconhecem como parte integrante do corpo civil, portanto, sem qualquer consciência sobre os vínculos de compromisso estabelecidos socialmente. Dará suporte às asserções aqui definidas nossa pesquisa realizada em 2011 (HASHIZUME, C.M. & SILVA, R.A.D.G., 2011), que se utilizou de apontamentos de observações e de relatos emitidos por profissionais e jovens sobre o tema.

### **Educação e Emancipação**

Para Adorno (1995), a educação deve promover autonomia e emancipação: social, política e cognitiva. O autor já denunciava que o ensino praticado pode estar a serviço de um

modelo de educação escolhido pelo poder instituído. Se, por exemplo, a força do capital associada a um modelo social de caráter cientificista controlar o estado, o sistema de ensino correspondente a este poder certamente moldará o caráter individual de cada associado, isto se considerarmos a hipótese de que a formação do sujeito é algo realizável somente no âmbito social (ADORNO, 1995). No livro em questão o autor reflete, entre outros temas, sobre o fracasso da instituição escolar de seu tempo e suas consequências. Também critica a hipótese da ciência moderna que trata da promessa de proporcionar, pela simples intermediação dos artefatos tecnológicos, o progresso material e moral da humanidade. O problema se evidencia quando esse saber instrumental passa a exercer controle e dominação sobre as instituições sociais. O ambiente político tradicional se transforma em espaço para simples verificação de dados técnicos e os cidadãos perdem parte de sua integridade, porque deixam de possuir consciência política. Para Adorno (1995) é inegável a contaminação do raciocínio instrumental na política alemã nazista, e é de sua total responsabilidade toda a barbárie produzida naquele contexto. Auschwitz, que se caracterizou como ciência aplicada, é o exemplo acabado dessa relação. Num sistema civil burocrático que transforma pessoas em objetos performáticos é impossível haver autonomia (EHRENBERG, 2010). Só quem é capaz de refletir acerca do poder social de seu tempo de incorporar a tradição cultural que lhe deu origem está habilitado para a autonomia, deixando de constituir mera ferramenta utilitária. O sujeito autônomo é capaz de refletir acerca do momento histórico ao qual está inserido e reconstituir o passado na medida em que se apropria da tradição cultural que lhe deu significado, podendo então perceber “mistificações e falsas determinações criadas pela classe dominante” (ADORNO, 1995, pág 124). Adorno se preocupava sobretudo com o contexto social e cultural oferecido pela sociedade industrial avançada de seu tempo, propondo uma teoria social de caráter marxista com viés filosófico e sociológico. Como membro atuante da Escola de Frankfurt, propôs novos padrões científicos metodológicos para legitimar as Ciências Sociais. Percebeu que o controle da natureza pela técnica leva ao desenvolvimento de um saber instrumental que exerce o controle e a dominação também das instituições sociais. O indivíduo social se torna refém da dominação técnica. A consequência direta desse fenômeno é a formação de um ser não emancipado. Propunha, portanto, que as ciências humanas e sociais deveriam se debruçar sobre a cultura e a sociedade de seu tempo com o intuito de investigar as condições que possibilitam o aparecimento da barbárie, na tentativa de resgatar esse indivíduo a partir da oferta de um suporte para sua realização enquanto ser íntegro e social (MARCONDES, 1997, p. 124). Na referida obra, Auschwitz juntamente com os campos de concentração nazistas, não impressionaram tanto pela quantidade de mortos que

provocou, embora tenham gerado um número exorbitante de baixas e crimes atrozes. A história recente nos mostra que a implementação do comunismo (tanto na Rússia quanto na China) produziu genocídios muito mais expressivos – segundo o critério numérico de mortos aferidos. Auschwitz é símbolo de um evento singular na história porque foi implementado como ciência econômica aplicada, um caso típico de dominação técnica das instituições sociais. Os campos de concentração foram empresas sofisticadas que lucraram com os resíduos materiais das pessoas assassinadas. O funcionamento desses estabelecimentos de morte só foi possível graças à destruição dos vínculos mínimos de compromisso que sedimentam a sociedade humana. Partindo dessa análise histórica, o autor recomenda:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição. (ADORNO, 1995, p.122)

Diante desse excerto é possível inferir que a exigência principal da educação é evitar que as condições que possibilitaram tais fatos históricos analisados sejam dadas. Se efetivamente a coletividade “dissolve” o indivíduo, então é necessário centrar os esforços pedagógicos no próprio sujeito para compreender os mecanismos subjetivos que o constituem. Só assim é possível determinar as causas que favoreceram o surgimento do estado de barbárie. Identificar essas estruturas psíquicas é tarefa de um especialista em análises dessa natureza, portanto a psicologia está mais para a educação que a sociologia. Outra constatação evidente é a quase impossibilidade de se mudar substancialmente uma estrutura resistente e disseminada. Convém apostar então na subjetividade. Adorno entende a educação como um espaço de resistência, um contrapeso para tentar equilibrar as poderosas exigências do corpo civil sobre a débil vontade de seus associados. É de fundamental importância conhecer os mecanismos psíquicos dos agentes responsáveis pelo nazismo para antever e evitar a construção das formas mentais que caracterizaram esses indivíduos (1995). Quanto menos autônomo for, mais suscetível estará o sujeito a aderir cegamente aos impulsos de uma coletividade totalitária. Uma educação para a autonomia seria esse espaço de resistência, ambiente centrado no desenvolvimento da capacidade humana e universal para a autodeterminação, para a apropriação da consciência subjetiva e emancipada que reflete sobre a herança cultural que lhe deu origem e unidade, faculdade única que habilita os homens a justificar suas próprias decisões. Um indivíduo esclarecido é capaz de reconhecer os imperativos que sustentam os vínculos humanos de compromisso. Portanto uma consciência

mutilada que não assimila as noções universais de humanidade é um perigo em estado latente. O que percebemos atualmente é que esse mesmo saber instrumental se encontra enraizado nos modelos sociais contemporâneos os mais diversos, ou, por outra, as condições que permitiram a barbárie nazista estão dadas, impregnadas na estrutura dessas instituições. Os efeitos mais evidentes dessa relação residem no empobrecimento da consciência política dos indivíduos e na crença ideológica de progresso contínuo e melhoramento humano oferecida por teorias sociais instrumentalizadas. Vivemos no ápice do amor à técnica. Essa noção de pertencimento ou afeto tecnicista leva à degradação do espaço público e ao descumprimento das normas sociais e consequente esvaziamento da subjetividade. Para Adorno (1995) a frieza afetiva constitui a base natural da estrutura psíquica humana. Quanto menos emancipado, maior a incapacidade do indivíduo de se identificar com o corpo social. Vemos hoje na sociedade e principalmente no ambiente escolar a existência dessas consciências reificadas, subjetividades de falsa natureza que são incapazes de compreender/ vivenciar significativamente as regras humanas de sociabilidade.

Kehl (2003) apresenta um diagnóstico esclarecedor sobre a realidade da família brasileira contemporânea e relaciona-o com a sociabilidade nos jovens do ensino público. Decidimos analisar essa instituição social pois é ela quem socializa, primariamente os jovens dos dias atuais. Dentre os vários aspectos sociais analisados pela autora, gostaríamos de destacar um, que nos chamou mais atenção tendo em vista nosso enfoque pela socialização dos jovens:

A dissolução do espaço público em vários países do Ocidente – que no Brasil ganha contornos dramáticos – e a passagem de uma ética da produção para uma ética do consumo, entre outros fatores, são os grandes responsáveis pela desmoralização da transmissão familiar dos valores, e não o contrário. (KEHL, 2003, pág. 12)

Neste fragmento a autora nos traz uma importante revelação. No contexto da família burguesa, início da industrialização, verificou-se a relação de um saber instrumental arraigado no âmbito do Estado, em que predominava a ética da produção com ênfase no trabalho, favorecendo assim à instituição de um padrão familiar rígido e nuclear. Estavam dadas, portanto, as condições que proporcionaram o surgimento do totalitarismo na Europa e do nazismo na Alemanha. A partir das mudanças econômicas e científicas ocorridas na segunda metade do século XX, que favoreceram o ingresso da mulher no mercado de trabalho e outras consequências, o padrão da família burguesa tradicional se modificou substancialmente, permitindo assim o surgimento de novas formas de configuração parental. Ademais esse

detalhe, o que se observa facilmente é que as condições estruturais que predominam na atualidade são as mesmas do contexto anterior: um saber instrumental a serviço do aparelhamento do Estado e da propaganda. A mudança efetiva é apenas o deslocamento “de uma ética da produção para uma ética do consumo” (KEHL, 2003, pág.14). Suspeitamos que a apologia moral ao consumo tenha aumentado de forma impensável a identificação dos indivíduos com os artefatos de natureza tecnológica, fetichizando-os, ao mesmo tempo em que se esvaziavam as relações afetivas e solidárias sociais. Diante do radical golpe ao psíquico e do incontestável amor à técnica, é possível supor que o homem contemporâneo atingiu o ápice de sua reificação, sendo tratado como mero objeto estimulado a consumir incessantemente. O espírito do mundo representa uma poderosa fixação ideológica pelo progresso, cujo fim é a perfeição. Temos, portanto, a idolatria generalizada do artefato tecnológico atualizado no tempo e da satisfação fugaz da falsa natureza, que denuncia uma consciência atrofiada e não emancipada. Os valores humanos são então corroídos (SENNETT, 2001) na pós modernidade, deixando o indivíduo à deriva de seus interesses particulares, quase sempre movidos a ganhos financeiros. A autora nos diz mais:

Se o espaço público não for revalorizado e se as responsabilidades públicas não forem retomadas, sobretudo no Brasil, a família sozinha não será capaz de dar conta da crise ética que estamos enfrentando (...) A restauração do espaço público não pode ser deixada a encargo de um governante (...) Se existe uma correspondência entre as estruturas sociais e a estrutura familiar, nas repúblicas democráticas contemporâneas a costura do espaço público só se legitima se for fruto do trabalho e do pacto entre os cidadãos – que correspondem, na estrutura familiar, não aos pais mas ao conjunto dos irmãos (KEHL, pág 14, 2003).

Podemos afirmar que vivemos atualmente uma crise de ordem moral. Se a família sozinha não é capaz de contornar o problema evidente, ainda menos a educação, representante direta e braço do Estado, poderá sozinha fazê-lo. Se não houver um acordo entre os cidadãos, se estes não forem suficientemente capazes de costurar um acordo político que determine a responsabilidade efetiva de cada esfera social em particular, a crise perdurará e, o que é tão grave quanto, se manterão as condições que provocaram o aparecimento do totalitarismo e da barbárie na Europa pós-industrial. A frieza das relações contemporâneas pode ser indício de que vivemos numa sociedade potencialmente destrutiva. Uma educação para a resistência poderia contribuir no sentido de questionar esse poderoso arsenal ideológico que se fundamenta num saber de natureza instrumental. O próximo passo seria tentar atacar os pressupostos que produzem uma maior identificação humana com elementos exteriores à

esfera dos indivíduos no contexto social. É inegável que essa hipótese superior é uma ideia confortável e atrativa. Resolver todos os enigmas da humanidade e melhorar as relações humanas é uma promessa de fácil aceitação. Mas o resultado prático da aplicação desse ideal é a degradação do espaço público e a desmoralização dos vínculos sociais de compromisso, além de fornecer as condições ideais para a atualização de um estado latente de barbárie.

### **Refletindo sobre a socialização no ambiente da escola estadual paulista contemporânea**

Questionamo-nos quanto à ausência de vínculos de compromisso no ambiente escolar e se esse fenômeno não é consequência direta de uma formação deficitária dos indivíduos implicados nessa relação. Em suma, grande parte dos alunos não reconhece este ambiente como pertencente a todos. Eis a face sombria da socialização. Abordamos ao longo do trabalho que a existência de certas condições estruturais seriam a causa do enfraquecimento ou até desaparecimento dos vínculos humanos de compromisso. Este exemplo retrata a poderosa influência de um saber instrumental infiltrado nas instâncias de governo, causando assim a diminuição do debate político nas decisões de Estado e a supervalorização de dados técnicos e critérios científicos na administração dos recursos sociais. Na sociedade civil esse esfacelamento do debate político pode ser o principal responsável pela migração do sentimento de identificação social ou afeto humano para os objetos tecnológicos. Na sociedade industrial, o espírito do mundo é o amor à técnica. Da mesma forma, na pós modernidade, nos fetichizamos por instrumentos cada vez mais inovadores e fugazes, que nos mostram a necessidade de uma busca incessante por uma existência que já não nos faz mais sentido. Consumir e justificar nossa existência a partir da quantificação e monetarização das relações sociais não parece ser um modo saudável para se conviver em sociedade. Com o transcorrer do tempo ocorre outra mudança de ordem moral, isto é, a ética da produção cede terreno para a ética do consumo, sendo a segunda alicerçada em princípios instáveis, produtivistas e quantitativos. No entanto, a mesma estrutura permanece intacta, apenas a família tradicional burguesa perde força e divide espaço com a família tentacular que se inaugura em nossos dias. Chegamos, então, à contemporaneidade, quando não temos mais referências estáveis nem modelos certos a seguir.

A família de hoje conduz um tutelado problemático ao psicólogo assim como leva um computador avariado a um técnico em eletrônica. Vivemos no império do especialista, em que o saber científico legitimado pode emitir parecer sobre o diagnóstico do indivíduo doente, já que anormal, estatisticamente falando (CANGUILHEM, 2000) Consideramos que esse

racionalismo científico é produto de uma racionalidade instrumental cujo tempo é marcado pela instabilidade, em que se tenta em vão acompanhar a grande velocidade das inovações que buscam o progresso contínuo. Essa poderosa construção intelectual é a promessa de não deixar nenhuma pergunta sem resposta e resolver os principais problemas da humanidade. A ética do consumo expõe a hipertrofia do egoísmo e do hedonismo, formando seres infantilizados e incapazes de observar os vínculos de compromisso social, que são desrespeitados constantemente (SENNET, 2001; GAULEJAC, 2010; EHRENBERG, 2010)

A sociedade contemporânea vive uma crise moral e de autoridade. A degradação do espaço público e das relações sociais é notória: percebe-se uma forte valorização da esfera privada em detrimento do público, que se torna a cada dia que passa um espaço neutro, inóspito ou apenas de passagem.

Pode-se pensar que a responsabilidade dessas ocorrências deve ser compartilhada pelo Estado e pela sociedade civil como um todo. O primeiro por incrementar um arsenal ideológico para fundamentar tecnicamente suas decisões de poder, dando prioridade a setores econômicos privilegiados em detrimento de outros segmentos socialmente mais relevantes. A segunda por ser omissa em relação ao esvaziamento do debate político e negligente quanto à observância dos imperativos morais da sociedade humana. Porém percebemos claramente que o pós modernismo instaura um contexto sócio-cultural que nos deixa em meio a uma rede de possibilidades explicativas para esse fenômeno. A crise de identidade dos jovens se coaduna com a crise familiar, com a crise existencial do homem pós moderno, que oscila entre consumir e performar.

Concluimos, portanto, que a ausência de vínculos de compromisso no ambiente da escola secundária é consequência direta de uma formação deficitária da comunidade escolar como um todo, a partir de um currículo que não lhes representa. Esses jovens têm o direito de saber sobre si e desse saber ser reconhecido como um conhecimento significativo que lhes dá a possibilidade de conquista da cidadania. (ARROYO, 2011) Quando não sentem que são agentes participantes do processo de construção escolar, estes falam junto ao professor, gritam, desrespeitam as regras escolares, deixam de fazer aquilo que lhes é pedido como tarefa escolar, criando um cenário alienado e resistente.

Refletindo sobre as relações no espaço público e na cidade, faz-se importante recuperarmos a definição de política na sociedade, discutida e praticada nos primórdios da sociedade ocidental. Segundo a visão Aristotélica, a poli (cidade) é uma comunidade política subordinada a uma politei (pacto comportamental e moral) tendo em vista o bem viver para os seus politai(cidadãos). Somente inserido na polis é que o homem pode cumprir sua função

de vivente político. Com a possibilidade de atingir uma vida melhor, não ser cidadão, seria, em última instância, não ter acesso ao “viver melhor”, embora isso não signifique viver fora da polis. Apenas a condição de cidadão possibilita ao homem viver numa comunidade justa de livres e iguais. Acompanhando esse significado etimológico da palavra, corroboramos o entendimento de que política se constitui nas ações e negociações que se dão no plano do cotidiano, incluindo os acordos formais e informais que ocorrem nos espaços públicos e de trabalho.

Nesse sentido, a diminuição dos espaços públicos e de seu potencial como possibilidade de discussão de ideias diversas impacta em nosso modo de socializar os jovens. Impacta na subjetividade, nos modos de viver e no devir do homem pós-moderno. O esgarçamento das relações sociais pós modernas nos faz distanciar da possibilidade de convívio e educação como emancipação, conforme discute Adorno (1995). Novos modos de engajamento precisam ser pensados, experienciados, reelaborados.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Editora Paz e terra. 2ª edição, 1995.
- ARROYO, M. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARAPIRACA, J.O. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. Dissertação em Filosofia da Educação. São Paulo: FGV 1982.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.
- HASHIZUME, C.M. & SILVA, R.A.D.G. **As Duas Faces Da Socialização: Um Estudo Com Alunos Da Rede Pública De Ensino Estadual**. 2011. 45f. Monografia (Especialização em Docência do Ensino Superior)- Instituto de Educação, Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.
- KEHL, Maria Rita. **Em Defesa da Família Tentacular**. Mimeo. S.l: 2003.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia – Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIBEIRO, Ricardo A. **A Aliança Para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Unicamp. Campinas (SP), 2006.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter**. São Paulo: Record, 2008.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. 4ª edição brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.